



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

CONTRATO Nº 10/15

CONTRATO Nº 10/15 QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO E, DE OUTRO, CONCERT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, com sede na Rua Almirante Barroso, Nº 600, Centro, em Porto Velho/RO, inscrito no CNPJ-MF sob o Nº 03.326.815/0001-53, daqui em diante denominado CONTRATANTE, representado, neste ato, por seu Diretor Geral das Secretarias, ou pela autoridade que estiver ocupando referido cargo na forma regimental, e de outro lado a empresa CONCERT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.567.354.0001-97, com endereço na Rua Julio de Castilho, n. 1220, Saia 01 - Bairro Olaria, Porto Velho-RO, CEP. 76801-282, fone (069) 3223-1122, email: flaviagutierrez@concertenergia.com.br, neste ato representada pela Senhora Flávia Regina Gutierrez Baptista, inscrita no CPF nº 023.255.859-05, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, conforme procedimento licitatório realizado sob a modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, Edital nº 50/2014, nos autos do Processo Adm. Eletrônico nº 1276/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para serviços de reforma do Edifício-Sede do TRT da 14ª Região e do Fórum Trabalhista de Porto Velho/RO, visando adequações para acessibilidade, de acordo com os projetos, especificações, serviços inseridos nas planilhas orçamentárias e demais anexos, conforme especificações

Secretaria Administrativa
Av. Almirante Barroso, n. 600 - Bairro: Mocambo
Porto Velho RO - CEP. 76801-901 - telefones: (69) 3211-6431 e 3211-6432

secadm@trt14.jus.br

G:\Sec. Adm S.A 2015\CONTRATOS 2015\Contratos e Aditivos - Elaboração por ano\2015\Contrato n. 10-15 - Reforma Edifício Sede TRT14 e Fórum Trabalhista.doc



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

detalhadas no Termo de Referência -TR (Anexo I do Edital), Pregão Eletrônico nº 50/2014 e Proposta Comercial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente Contrato será de forma indireta, pelo preço global da obra.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

I – Conforme Anexo I do Termo de Referência – Memorial Descritivo de Materiais e Serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - Os preços adotados deverão estar de acordo com os praticados no mercado e neles deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes, material, mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, lucros, equipamentos operacionais, acessórios, instalações e quaisquer outras despesas inerentes aos serviços.

Item	Descrição	Valor Global R\$
1	Serviços de reforma do Edifício-Sede do TRT da 14ª Região e do Fórum Trabalhista de Porto Velho/RO, visando adequações para acessibilidade, de acordo com os projetos, especificações, serviços inseridos nas planilhas orçamentárias e demais anexos que acompanham este Termo de Referência (Anexo I do edital).	382.144,72
VALOR GLOBAL R\$		382.144,72

II - O Contratante pagará à Contratada:

Secretaria Administrativa
Av. Almirante Barroso, n. 600 - Bairro: Mocambo
Porto Velho-RO - CEP. 76801-901 - telefones: (69) 3211-6431 e 3211-6432
secadm@trt14.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

a) Pelos Serviços de reforma do prédio que abriga Edifício-Sede do TRT da 14ª Região e do Fórum Trabalhista de Porto Velho/RO, o valor global de R\$ 382.144,72 (trezentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos) em conformidade com o disposto no presente Contrato, Termo de Referência e Proposta Comercial apresentada.

III - O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, até 15 (quinze) dias úteis, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, devidamente certificada pelo setor competente do TRT-14ª Região, prazo necessário para tramitação do processo nos setores internos deste Regional, embora o pagamento possa ser realizado antes desse limite temporal.

IV - A Nota Fiscal deverá vir acompanhada do DAM (Documento de Arrecadação Municipal), referente ao recolhimento do imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) devidamente pago ou a pagar, com prazo de 10 (dez) dias para efetuar o recolhimento do tributo, além das certidões relacionadas abaixo:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros-**CND**;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS-**CRF**;
- c) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (pessoa jurídica);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) ou Certidão de Débito Trabalhista Positiva com efeito de Negativa;
- e) Bem como outras certidões que vierem a ser obrigatórias por lei, desde que tenham correlação com o objeto, devendo ser apresentados todos esses documentos dentro dos respectivos prazos de validade.

V - Para pagamento da primeira fatura, além dos documentos acima exigidos, a fatura apresentada pela Contratada deverá vir acompanhada do Registro da obra no **CREA/RO** e Relação de empregados



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

VI - As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (**Simple Nacional**), deverão apresentar a cada pagamento, Declaração em duas vias, na forma do **Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234**, de 11/01/2012 (artigo 4º, inciso XI, c/c artigo 6º).

VII - Será facultado à Administração a possibilidade de retenção de pagamentos devidos, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VIII - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a futura contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula: **EM = N x VP x I** (§4º do art. 36, da IN nº 2/2008 – MPOG e Acórdão TCU 1047/2003 Plenário), onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

TX = Percentual da Taxa anual = 6%

$I = \frac{(TX/100)}{365} = \frac{(6/100)}{365} = 0,00016438$

365 365

IX - A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

X - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

Secretaria Administrativa
Av. Almirante Barroso, n. 600 - Bairro: Mocambo
Porto Velho-RO - CEP: 76801-901 - telefones: (69) 3211-6431 e 3211-6432
secadm@trt14.jus.br

G:\Sec_Adm\S A 2015\CONTRATOS 2015\Contratos e Aditivos - Elaboração por ano\2015\Contrato n. 10-15 - Reforma Edifício Sede TRT14 e Fórum Trabalhista.doc



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

I - Para segurança do Contratante quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, e em conformidade com o art. 56 da Lei 8.666/93, a Contratada deverá optar, no montante de 3% (três por cento) do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

II - A Contratada deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em 5 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, sob pena de ser-lhe imputada multa descrita na Cláusula Doze do Contrato.

III - É de inteira responsabilidade da Contratada a renovação da garantia prestada, quando couber, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais, incluindo todo o período da prestação de serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Obrigações da Contratada:

- a) realizar o objeto nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos do edital da licitação, seus anexos e sua proposta;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

b) fornecer todos os materiais para os serviços, conforme especificação da proposta, e entregá-los devidamente acabados conforme Termo de Referência e seus anexos;

c) executar os serviços no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos;

d) reparar/corriger/refazer as suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação dos Gestores/Fiscais do Contrato, os serviços nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes da execução ou do material empregado;

e) providenciar, quando necessário e às suas custas, documentação e licenças para a execução dos serviços, taxas incidentes, matrícula específica para os serviços e o certificado de taxa de contribuição para acidentes de trabalho, junto aos órgãos competentes;

f) registrar o contrato junto ao CREA/RO, na forma da legislação pertinente;

g) cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;

h) executar os serviços objeto do contrato, de acordo com as normas da ABNT, do Decreto-Lei nº 92.100/85 e dos fabricantes dos materiais aplicados, utilizando materiais de primeira qualidade;

i) comunicar imediatamente ao contratante eventuais inconsistências dos projetos em relação às normas técnicas e legislação vigente;

j) manter no local pessoal especializado e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços, cumprindo fielmente as visitas do responsável técnico determinadas pelos gestores/fiscais;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

j.1) A Contratada deverá manter, permanentemente, até o final da execução da obra, em seu quadro de funcionários, profissionais com as qualificações abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Encarregado de obra	01
Engenheiro Civil ou Arquiteto	01

Encarregado de Obra – Com experiência apropriada para a obra em questão, devendo estar permanentemente no local de realização dos serviços.

Engenheiro Civil ou Arquiteto – Com a função de responsável técnico, para coordenar a equipe e assumir a direção, programação e o controle da obra, devendo estar presente no momento da execução dos principais serviços e fazendo visitas periódicas à obra.

k) fornecer todo o equipamento necessário, tais como ferramentas, maquinaria e aparelhamento adequado à execução dos serviços, conforme item 05.17 do Memorial Descritivo.

l) colocar placas indicativas dos serviços, conforme legislação vigente;

m) manter Diário de Obra atualizado à disposição da fiscalização a qualquer momento, conforme padrão indicado pela contratante.

n) providenciar a remoção de entulhos e detritos acumulados no local dos serviços durante toda a execução e até o final;

o) arcar com todas as despesas decorrentes do Contrato, incluindo mão de obra, distribuição, seguros, tributos e demais encargos incidentes sobre os serviços contratados;

Secretaria Administrativa
Av. Almirante Barroso, n. 600 - Bairro: Mocambo
Porto Velho/RO – CEP. 76801-901 - telefones: (69) 3211-6431 e 3211-6432

secadm@trt14.jus.br

G:\Sec. Adm S A 2015\CONTRATOS 2015 Contratos e Aditivos - Elaboração por ano\2015\Contrato n. 10-15 - Reforma Edifício Sede TRT14 e Fórum Trabalhista.doc



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

p) assumir como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão de obra, aparelhos e equipamentos necessários para a boa e perfeita execução dos serviços contratados;

q) responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao contratante ou a terceiros;

r) responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato;

s) sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;

t) responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

u) arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;

v) responsabilizar-se civilmente pela solidez e segurança dos serviços, bem como por eventuais vícios ocultos, pelo prazo de 05 (cinco) anos após o recebimento definitivo;

w) manter durante toda a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas para a contratação, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

x) comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT.

z) A Contratada não deverá possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004 e nem ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

Obrigações da Contratante:

a) expedir a Ordem de Serviço após a apresentação da garantia pela Contratada;

b) Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;

c) Dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;

d) manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;

e) promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as todas as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

Secretaria Administrativa
Av. Almirante Barroso, n. 600 Bairro: Mocambo
Porto Velho/RO – CEP. 76801-901 - telefones: (69) 3211-6431 e 3211-6432
secadm@trt14.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

f) Manifestar-se sobre cada uma das medições dos serviços executados pela CONTRATADA;

g) Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, após cada medição, os serviços prestados pela CONTRATADA;

h) Notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista no item anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;

i) Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

j) Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

k) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

l) analisar e decidir, após comunicação formal da contratada, eventuais inconsistências dos projetos em relação às normas técnicas e legislação vigente;

m) Efetuar o pagamento à Contratada, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, preços, prazos estabelecidos no contrato e nas demais regras a ele aplicadas;

n) receber provisoriamente os serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita da Contratada;

o) receber definitivamente os serviços no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório;

Secretaria Administrativa
Av. Almirante Barroso, n. 600 - Bairro: Mocambo
Porto Velho/RO - CEP: 76801-901 - telefones: (69) 3211-6431 e 3211-6432

secadm@trt14.jus.br

G:\Sec. Adm S A 2015\CONTRATOS 2015 Contratos e Aditivos - Elaboração por ano 2015 Contrato n. 10615 - Reforma Edifício Sede TRT14 e Fórum Trabalhista.doc



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

p) Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

I - A vigência da contratação iniciará a partir da assinatura do contrato perdurando até o prazo final da garantia da execução dos serviços, conforme item IV da cláusula onze deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Contratante, Programa de Trabalho 02.122.0571.1P66.0001. - Apreciação de Causas Trabalhistas - Natureza da Despesa 3390.39.16 - Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (Manutenção e Conserv. de Bens Imóveis), nota de empenho n. 2014NE001900, emitida em 05/12/2014.

CLÁUSULA NONA – DO PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

I - Os serviços deverão estar concluídos no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de serviço, admitindo-se prorrogação desde que previamente solicitada pela Contratada, devendo ser motivada e pertinente, com os fatos arquivados no Diário de Obra.

CLÁUSULA DEZ - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

I - No Edifício-Sede do TRT da 14ª Região e no Fórum Trabalhista de Porto Velho/RO, situados, respectivamente, na Rua Almirante

Secretaria Administrativa
Av. Almirante Barroso, n. 600 - Bairro: Mocambo
Porto Velho/RO - CEP. 76801-901 - telefones: (69) 3211-6431 e 3211-6432
secadm@trt14.jus.br

G:\Sec_Adm\S A 2015\CONTRATOS 2015\Contratos e Aditivos - Elaboração por ano\2015\Contrato n. 10-15 - Reforma Edifício Sede TRT14 e Fórum Trabalhista.doc



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

Barroso, 600, Mocambo – Porto Velho/RO e na Rua Prudente de Moraes, 2313,
Mocambo – Porto Velho/RO.

CLÁUSULA ONZE – DO RECEBIMENTO E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

I - Nos termos do artigo 73 da Lei n.º 8.666/93, após a execução dos serviços e sua conferência, o seu objeto será recebido:

1. a) Provisoriamente, no prazo máximo de 15 (quinze dias) dias, contados da comunicação escrita da Contratada após a conclusão dos mesmos;
2. b) Definitivamente, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório.
3. II - O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

III - A Contratada garantirá que os serviços serão executados conforme padrões aplicáveis e em estrita observância aos termos e condições deste Contrato, comprometendo-se a refazer, as suas expensas e no prazo ajustado, todos e quaisquer serviços que não atendam ao aqui previsto.

IV - A contratada deverá oferecer garantia na execução dos serviços e responsabilizar-se civilmente pela solidez e segurança dos serviços, bem como por eventuais vícios ocultos, pelo prazo de 05 (cinco) anos após o recebimento definitivo.

CLÁUSULA DOZE – DAS PENALIDADES E MULTAS

I - As sanções administrativas serão aplicadas conforme disposto na Portaria nº 663, de 15 de março de 2013 e publicada no DEJT 14ª Região dia 18/03/2013, que regulamenta e uniformiza o procedimento de aplicação das sanções administrativas:

Secretaria Administrativa
Av. Almirante Barroso, n. 600 - Bairro: Mocambo
Porto Velho RO – CEP. 76801-901 - telefones: (69) 3211-6431 e 3211-6432

secadm@trt14.jus.br

G:\Sec_Adm S A 2015\CONTRATOS 2015-Contratos e Aditivos - Elaboração por ano\2015\Contrato n. 10-15 - Reforma Edifício Sede TRT14 e Fórum Trabalhista.doc



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

II - A inexecução parcial, ainda que temporária, ou total da obrigação pactuada sujeitará o contratado às seguintes sanções (Art. 7º, da Portaria 663/13):

I - multa de mora;

II - multa compensatória;

III - advertência;

IV - suspensão temporária para participar em licitação e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

V - impedimento de licitar e contratar com a União, nas hipóteses previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02 e quando a modalidade licitatória for o pregão;

VI - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III, IV, V e VI deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

Das Multas

III - A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado, pelo ordenador de despesas, por atraso injustificado na entrega ou execução da contratação, e será aplicada nos seguintes percentuais (Art. 8º, da Portaria nº 663/13):

I - multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 15% (quinze por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - multa compensatória de 10% (dez por cento) aplicada no caso de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

a) atraso injustificado e superior a 30 dias, na execução total ou parcial da contratação;

b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ata de registro de preços ou nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material ou prestação dos serviços.

IV - A multa compensatória será aplicada sobre a parte inadimplida, sem prejuízo da aplicação da multa de mora prevista no inciso I (§ 1º, do art. 8º, da Portaria nº 663/13);

V - Demonstrado que o atraso ocorreu por culpa do contratado, caberá a aplicação de multas, afastando-se a sua incidência nos casos em que o atraso decorreu de fatos alheios à sua vontade e por ele inevitáveis (§ 2º, do art. 8º, da Portaria nº 663/13).

VI - Será automaticamente dispensada do procedimento de que trata esta Portaria e de cobrança a mora que possa ensejar multa inferior a 0,02% (dois centésimos por cento) do valor previsto no art. 23, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 (§3º, do art. 8º, da Portaria nº 663/13).

CLÁUSULA TREZE - DA RESCISÃO

I - Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79 da Lei Nº 8.666/93.

II - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial. Nesta hipótese, a Contratada reconhece, de logo, o direito do Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 80 da Lei Nº 8.666/93.

Secretaria Administrativa
Av. Almirante Barroso, n. 600 -- Bairro: Mocambo
Porto Velho/RO -- CEP. 76801-901 - telefones: (69) 3211-6431 e 3211-6432

secadm@trt14.jus.br

G: Sec. Adm S A 2015/CONTRATOS 2015 Contratos e Aditivos - Elaboração por ano 2015 Contrato n. 10-15 - Reforma 1 edifício Sede TRT14 e Fórum Trabalhista.doc



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

III - No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

IV - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei Nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito do Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 80 da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINZE - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

O presente contrato fundamenta-se:

I - nos termos do Pregão Eletrônico nº 50/2014 que, simultaneamente;

- a) constam do Processo Adm. Eletrônico nº 1276/2014;
- b) naquilo que não contrarie o interesse Público;

II - nas demais determinações da Lei Nº 8.666/93 e alterações;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Secretaria Administrativa
Av. Almirante Barroso, n. 600 - Bairro: Mocambo
Porto Velho/RO - CEP. 76801-901 - telefones: (69) 3211-6431 e 3211-6432

secadm@trt14.jus.br

G:\Sec_Adm\SA 2015\CONTRATOS 2015\Contratos e Aditivos - Elaboração por ano\2015\Contrato n. 10-15 - Reforma Edifício Sede TRT14 e Fórum Trabalhista.doc



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

Parágrafo único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS ALTERAÇÕES

I - Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei Nº 8.666/93, devidamente comprovados.

II - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

III - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

CLÁUSULA DEZESSETE – DAS DEMAIS CONDIÇÕES DO CONTRATO

a) Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;

b) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma

Regulamentadora nº 6 do MTE;

c) Elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

Secretaria Administrativa
Av. Almirante Barroso, n. 600 – Bairro: Mocambo
Porto Velho/RO – CEP. 76801-901 - telefones: (69) 3211-6431 e 3211-6432

secadm@trt14.jus.br

G:\Sec_Adm\5 A 2015\CONTRATOS 2015\Contratos e Aditivos - Elaboração por ano 2015\Contrato n. 10-15 - Reforma Edifício Sede TRT14 e Fórum Trabalhista.doc



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

d) Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

e) Assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98 de 20 de abril de 2012;

f) Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão;

g) Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.

h) Resolução nº 131/2013 – CSJT – reserva vagas para afrodescendentes nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Grau.

h1) Contratos com mais de 10 (dez) trabalhadores vinculados, conterão cláusula contratual prevendo exigência de que, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas previstas no respectivo contrato sejam preenchidas por trabalhadores afrodescendentes, durante toda a execução contratual.

i) Recomendação nº 29/2009 do CNJ a Contratada deverá disponibilizar vagas aos presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas e adolescentes em conflito com a lei, ao menos na seguinte proporção:

i1) 5% (cinco por cento) das vagas quando da contratação de 20 (vinte) ou mais trabalhadores;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

d) Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

e) Assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98 de 20 de abril de 2012;

f) Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão;

g) Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.

h) Resolução nº 131/2013 – CSJT – reserva vagas para afrodescendentes nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Grau.

h1) Contratos com mais de 10 (dez) trabalhadores vinculados, conterão cláusula contratual prevendo exigência de que, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas previstas no respectivo contrato sejam preenchidas por trabalhadores afrodescendentes, durante toda a execução contratual.

i) Recomendação nº 29/2009 do CNJ a Contratada deverá disponibilizar vagas aos presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas e adolescentes em conflito com a lei, ao menos na seguinte proporção:

i1) 5% (cinco por cento) das vagas quando da contratação de 20 (vinte) ou mais trabalhadores;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico n. 1276/2014

i2) 01 (uma) vaga quando da contratação de 06 (seis) e a 19 (dezenove) trabalhadores, facultada a disponibilização de vaga para as contratações de até 5 trabalhadores.

i3) As vagas geradas em razão da presente recomendação devem ser registradas pelo gestor do contrato no Portal de Oportunidades do Projeto Começar de Novo.

CLÁUSULA DEZOITO – DO FISCAL DO CONTRATO

I - Na forma do que dispõe o art. 37 da Lei n. 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização do fornecimento/serviços serão efetuados pela Seção de Engenharia e Manutenção Predial e Seção de Fiscalização de Obras e Serviços, por meio dos servidores **LUIZ GONZAGA MOTA** e **SAMURAI DE FIGUEIREDO SILVA**, respectivamente, fiscal e substituto eventual, os quais exercerão, em nome do TRT 14ª Região, toda e qualquer ação de orientação geral, com vistas ao seu integral cumprimento e atendimento das necessidades do fornecimento/serviços, conforme preceitua a Portaria GP n. 572/2008, alterada pela Portaria GP n. 1179/2013.

II – Havendo necessidade de alteração dos fiscais acima nominados, o(s) novo(s) servidor(es) serão designado(s) nos autos do processo administrativo pertinente pelo Diretor-Geral das Secretarias, procedendo-se ao apostilamento do Contrato/Ata contemplando a alteração.

Parágrafo único – As ações de acompanhamento e fiscalização não exoneram a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DEZENOVE - DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do parágrafo único do Art. 61 da Lei Nº. 8.666/93, a Administração providenciará a publicação do presente Contrato até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, correndo as despesas por conta do Contratante.

Secretaria Administrativa
Av. Almirante Barroso, n. 600 – Bairro: Mocambo
Porto Velho/RO – CEP. 76801-901 - telefones: (69) 3211-6431 e 3211-6432
secadm@trt14.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Processo Adm Eletrônico nº 1276/2015

CLÁUSULA VINTE - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária em Rondônia como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, a fim de que produza seus efeitos legais.

Porto Velho, 13 de fevereiro de 2015.

Raimundo J. Z. da Costa
Diretor de Assessoria e Secretarias

TRT 14ª REGIÃO
CONTRATANTE

Cartório GODOY

Flávia Regina Gutierrez
Administração e Contratos
CPF: 023.255.859-05

CONCERT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP
CONTRATADA

CARTÓRIO GODOY - 19 OFÍCIO DE NOTAS
Av. Carlos Gomes, 900 - Fone: 69 3224-4365
Reconheço por semelhança e dou fé, a(s)...
firma(s) de: FLAVIA REGINA GUTIERREZ.....
BAPTISTA.....
Porto Velho-RO, 12 de fevereiro de 2015

Mário Roberto Hernandez Piedade
00116292(001-000805571)*****
Emolumentos: R\$ 5,22; FUJU: R\$ 1,04; Selo:
R\$ 0,86; Total: R\$ 7,12 (por assinatura)..
Selo(s) Digital(is) de Fiscalização:
A0AAZ29948-6EE7E

Consulte a autenticidade em
www.tjro.jus.br/consultaselo/



Quinto Termo Aditivo ao Contrato 71/2012. Contratante: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Contratada: Elevadores Otis Ltda. - CNPJ 29.739.737/0008-89. Objeto: Prorrogação da vigência contratual por 9 meses contados de 14/02/2015. Valor mensal: R\$ 1.048,17. Data da assinatura: 12/02/2015. Dotação Orçamentária: Programa: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Elemento de Despesa 3.3.90.39. Fundamento legal: Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93. Vinculação: Processo licitatório Pregão 37/2012, Processo Geral 509/2012. Signatários: Signatário: Patrícia Aímee Bruel Antonio, Ordenadora da Despesa, pelo Contratante, e José Eduardo Rebelo Teixeira - Gerente de Filial, pela Contratada.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo: Pregão nº 105/2014. Objeto: serviços de vigilância armada, para localidades do Polo Cascavel (lote 2). Valor mensal total registrado: R\$ 280.083,32. Fornecedor: Ataque Serviços de Segurança e Vigilância Ltda. CNPJ 07.201.112/0001-50. Validade da Ata: 12 meses contados de 30/1/2015. Fundamento Legal: Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e Decreto 7.892/2013. Signatários: Patrícia Aímee Bruel Antonio - Ordenadora da Despesa, pelo Órgão Gerenciador, e Evandro Rodrigo Neckel - Procurador, pela fornecedora. A entrega da Ata encontra-se disponível no site: <http://www.tr9.jus.br>. Contato: contratos@tr9.jus.br.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: CD nº 1250/2015. Objeto: Contratação de empresa para que através do Professor Vancius Carvalho, ministre na modalidade presencial, o Curso de Formação de Instrutores Internos. Contratante: Tribunal do Trabalho da 12ª Região. Contratada: Wow Trnamento e Coaching Ltda. ME. Valor: R\$ 15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais). Dispositivo Legal: Artigo 25, inciso II, da Lei 8.666/93. Ratificação: Exmo. Desembargador do Trabalho-Presidente Edson Mendes de Oliveira.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Processo: PRE 3073/2011. Partes: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e Orbenk Administração e Serviços Ltda. Objeto: Promover a repactuação do contrato ajustando o novo valor para R\$ 32.433,60 mensais com incidência a partir de 1º-1-2015. Data da assinatura: 20-2-2014. Pelo Contratante: Edson Mendes de Oliveira, Desembargador do Trabalho-Presidente. Pela Contratada: Ronaldo Benkendorf, Diretor Comercial.

Processo: CP 8207/2013. Partes: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e Oros Engenharia Ltda. Objeto: Retificação dos quantitativos da planilha referentes ao cimento, areia e argamassa e acréscimo de serviços adicionais referentes ao muro de divisa. Valor: R\$ 63.421,58 (em face da retificação) e R\$ 7.123,00 (em face do acréscimo). Data da assinatura: 20-2-2014. Pelo TRT: Edson Mendes de Oliveira, Desembargador do Trabalho-Presidente. Pela Contratada: Carlos Augusto Emery Cade, Administrador.

SECRETARIA

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Processo: CL 005/2005. Partes: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e Ilda Aparecida Slomp. Objeto: alterar a cláusula sexta do contrato, tendo em vista a desnecessidade de apresentação de recibo de locação como condição de pagamento dos alugueis. Data da assinatura: 20-2-2015. Pelo Locatário: Ageu Raupp, Diretor-Geral de Secretaria. Pelo Locador: Ilda Aparecida Slomp.

Processo: TP 5639/2014. Partes: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e Infra Engenharia Ltda. EPP. Objeto: Prorrogação do prazo máximo de execução dos serviços por mais 30 dias, com término em 13-3-2015. Data da assinatura: 20-2-2015. Pelo TRT: Ageu Raupp, Diretor-Geral de Secretaria. Pela Contratada: Fernando Orofino da Luz Fontes, Sócio-Administrador.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo TRT nº 396/2015. Contratante: TRT 13ª Região. Contratada: ELO - Consultoria Empresarial e Produção de Eventos Ltda. Objeto: Participação de 03 (três) servidores do TRT13 no Seminário Nacional: "O Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal", a ser realizado pela Contratada, no período de 25 a 27/02/2015, em Brasília/DF. Fundamentação: art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93. Declaração de Inexigibilidade em 19/02/2015, por Aranyaldo José Brito Espínola, Ordenador de Despesas Substituto. Ratificação em 19/02/2015, por Ubiratan Moreira Delgado, Desembargador Presidente do TRT 13ª Região.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2015

PROCESSO DIGITAL Nº 1276/2014. Contratante: TRT-14ª REGIÃO. Contratada: CONCERT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP. Objeto: contratação de empresa especializada para serviços de reforma do Edifício-Sede do TRT da 14ª Região e do Fórum Trabalhista de Porto

Velho/RO, visando adequações para acessibilidade, de acordo com os projetos, especificações, serviços inseridos nas planilhas orçamentárias e demais anexos, conforme especificações no Termo de Referência - TR (Anexo I do Edital), Pregão Eletrônico nº 50/2014. Vigência: a partir da data da assinatura até o prazo final da garantia da execução do serviços. Assinado: 13/02/2015. Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 02.122.0571.1P66.0001, Natureza da Despesa 3390.39.16, nota de empenho nº 2014NE001900, emitida em 05/12/2014, perfazendo o valor Global de R\$ 382.144,72. Assinaturas: Raimundo José Zacarias da Costa, Diretor-Geral das Secretarias do TRT-14ª Região, e de outro, Srª Flávia Regina Gutierrez Baptista.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2013

PROCESSO Nº 000393-56.2013.5.14.0000. Contratante: TRT-14ª REGIÃO. Contratada: UNIMED DE RONDÔNIA COOPERATIVA DE TRABALHOS MÉDICOS. Objeto: Prorrogação da vigência, a fixação de gastos ao contrato referente ao Plano de Assistência Médica ou de Seguro Saúde Coletivo, para prestação de assistência Médica, hospitalar e obstétrica, ambulatória e laboratorial na modalidade empresarial, com preço por capita, ao público alvo deste Regional. Vigência: 1º/3/2015 e término em 31/3/2015. Assinado: 12/02/2015. Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 02.301.0571.2004.6020, Natureza das Despesas: 3390.39.50 e 3391.47.20, nos valores conforme segue: Plano Nacional: per capita de R\$ 463,79 e para o Plano do Grupo dos Estados de Rondônia e Acre, per capita de R\$ de 238,17. Assinaturas: Raimundo José Zacarias da Costa Diretor-Geral das Secretarias do TRT-14ª Região, e de outro, Dr. Robson Jorge Bezerra.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 3/2012,

PROCESSO DIGITAL Nº 408/2014. Contratante: TRT-14ª REGIÃO. Contratada: SRA. SABRYNNE SAMPAIO DE SENA. Objeto: Prorrogação da vigência, o reajuste de preços e a designação dos servidores que atuam na fiscalização alusiva à prestação dos serviços de regência na captação, treinamento e formação de coralistas dentre os magistrados, servidores, inativos e dependentes do TRT da 14ª Região. Vigência: 1º/3/2015 e término em 28/2/2016. Assinado: 13/02/2015. Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 02.061.0571.4256.6020, Natureza da Despesa: 3390.36.06, nota de empenho nº 2015NE001131, de 9/1/2015 no valor anual de R\$ 39.600,00. Assinaturas: Raimundo José Zacarias da Costa Diretor-Geral das Secretarias do TRT-14ª Região, e de outro, Srª Sabryne Sampaio de Sena.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

PROTOCOLO: 404/2015. CONTRATO: 09/2015. CONTRATANTE: TRT 16ª Região. CONTRATADA: BANCO DO BRASIL S.A. OBJETO: Prestação de serviços financeiros em regime concorrential e de exclusividade. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: dispensa. REMUNERAÇÃO: o BANCO pagará ao TRIBUNAL, o valor correspondente a 0,05% calculado sobre a média dos saldos dos depósitos judiciais e precatórios trabalhistas. VIGÊNCIA: sessenta meses, a partir da data da assinatura do contrato. DATA DA ASSINATURA: 20/02/2015. ASSINAM: Desembargador Presidente, Luiz Cosmo da Silva Júnior (P/Contratante) e o Sr. Marcelo da Silva Botelho (P/Contratada).

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PROTOCOLO: 846/2010. Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 17/2010. CONTRATANTE: TRT 16ª Região. CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A. OBJETO: prorrogação de vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses e retificação da razão social da empresa. VIGÊNCIA: 05/01/2015 a 02/01/2016. DATA DA ASSINATURA: 30/12/2014. ASSINAM: Desembargador Presidente, Luiz Cosmo da Silva Júnior (P/Contratante) e o Sr. Marcelo Giovanni Vargas Munhoz e a Sr. Juliana Simionovski. (P/Contratada).

PROTOCOLO: 6769/2013. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 12/2014. CONTRATANTE: TRT 16ª Região. CONTRATADA: Eloah Publicidade e Propaganda Ltda. OBJETO: prorrogação de vigência contratual por mais 12 (doze) meses. VIGÊNCIA: 22/01/2015 a 21/01/2016. DATA DA ASSINATURA: 14/01/2015. ASSINAM: Desembargador Presidente, Luiz Cosmo da Silva Júnior (P/Contratante) e a Sr. Wildenberg Max Penna. (P/Contratada).

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 1725/2014. OBJETO: Prestação de serviços, incluindo fornecimento de peças, de substituição de capacitores, transformadores, ventiladores e baterias dos no-breaks que atendem a sala-cofre, no valor total de R\$32.289,00. CONTRATADA: American Power Conversion Brasil Ltda. CNPJ nº 02.747.700/0001-69. CONTRATANTE: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, caput, da Lei 8.666/93. RECONHECIMENTO DA INEXIGIBILIDADE: Em 02/02/2015, por Flávio Oliveira Gaspar de Carvalho, Diretor-Geral. RATIFICAÇÃO: Em 19/02/2015, pelo Desembargador Presidente, José Carlos Rizk.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 12/2015 - UASG 080020

Nº Processo: 16075/2014. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestar os serviços de manutenção corretiva em cadeiras, poltronas, longarinas e sofás deste Tribunal, conforme especificações do Edital. Total de Itens Licitados: 00024. Edital: 23/02/2015 de 08h00 às 17h59. Endereço: Rua 51 C/ T-1 Nº 1403 Lt. 7 a 22 Qd. 22 Setor Bueno GOIANIA - GO. Entrega das Propostas: a partir de 23/02/2015 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/03/2015 às 14h00 site www.comprasnet.gov.br.

(SIDEC - 20/02/2015) 080020-00001-2015NE000079

PREGÃO Nº 18/2015 - UASG 080020

Nº Processo: 23834/2014. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestar os serviços de manutenção corretiva com fornecimento de peças, por chamada, em cortinas e persianas, conforme especificações do Edital. Total de Itens Licitados: 00005. Edital: 23/02/2015 de 08h00 às 17h59. Endereço: Rua 51 C/ T-1 Nº 1403 Lt. 7 a 22 Qd. 22 Setor Bueno GOIANIA - GO. Entrega das Propostas: a partir de 23/02/2015 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 06/03/2015 às 14h00 site www.comprasnet.gov.br.

(SIDEC - 20/02/2015) 080020-00001-2015NE000079

PREGÃO Nº 19/2015 - UASG 080020

Nº Processo: 01/2015. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de mastros para bandeiras, conforme especificações do Edital. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 23/02/2015 de 08h00 às 17h59. Endereço: Rua 51 C/ T-1 Nº 1403 Lt. 7 a 22 Qd. 22 Setor Bueno GOIANIA - GO. Entrega das Propostas: a partir de 23/02/2015 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/03/2015 às 14h00 site www.comprasnet.gov.br.

MAISA BUENO MACHADO
Pregoeira

(SIDEC - 20/02/2015) 080020-00001-2015NE000079

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

EXTRATOS DE NOTA DE EMPENHO

Processo: 42.696/2014. Objeto: aquisição de eletrodomésticos: Contratante: TRT da 19ª Região, CNPJ: 35.734.318/0001-80; Contratada: BRASIDAS EIRELI-ME, CNPJ: 20.483.193/0001-96. Nota de Empenho: 2015NE000158 de 06/02/2015, Valor do Empenho: R\$ 5.649,39; Contratada: JCO ELETRON EIRELI-ME, CNPJ: 21.151.514/0001-18, Nota de Empenho: 2015NE000159 de 06/02/2015, Valor do Empenho: R\$ 22.843,62 e Nota de Empenho: 2015NE000162 de 06/02/2015, Valor do Empenho: R\$ 146,34; Contratada: DANIELA ULER SANTOS DE OLIVEIRA-ME, CNPJ: 07.075.255/0001-62, Nota de Empenho: 2015NE000160 de 06/02/2015, Valor do Empenho: 1.758,00

Processo: 32.051/2013. Objeto: aquisição de poltronas giratórias; Contratante: TRT da 19ª Região, CNPJ: 35.734.318/0001-80; Contratada: CADEROES MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA, CNPJ: 00.366.257/0001-61. Nota de Empenho: 2014NE000681 de 26/09/2014, Valor do Empenho: R\$ 313.000,00 e Nota de Empenho: 2015NE000127 de 02/02/2015, Valor do Empenho: R\$ 54.000,00

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo: 37.731/2013. Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato TRT/AJA Nº 019/2014. Contratante: TRT da 19ª Região, CNPJ: 35.734.318/0001-80; Contratada: IMPRENSA NACIONAL, CNPJ: 04.196.645/0001-00; Objeto do aditivo: prorrogar a vigência para até 14/01/2016; Base Legal: Lei nº. 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis à espécie; Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho nº. 02.122.0571.4256.0027, P/RES 075163, Natureza da Despesa 339139; Assinatura: 29/12/2014; Signatários: Des. Pedro Inácio da Silva, Presidente do TRT 19ª Região, pelo contratante e o Sr. Jorge Luiz Alencar Guerra, pela contratada.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO DIRETORIA-GERAL

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Proc. TRT: nº 1.299/2013, nº 2.281/2010, nº 2.109/2010, nº 3.007/2010 e nº 3.194/2013. Contratante: TRT 24ª Região, CNPJ nº 37.115.409/0001-63. Contratada: CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47. Espécie: Termo Aditivo aos Contratos nº 21/2013, nº 12/2010, nº 4/2011, nº 5/2011 e nº 37/2013. Objeto: alteração da contratada em razão da incorporação da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel, inscrita no CNPJ/ME sob o nº. 33.530.486/0001-29, pela empresa Claro S.A., que lhe sucede todos os direitos e obrigações, com efeitos a contar de 1º de